

Prefácio

GELSON FONSECA JÚNIOR

Embaixador

São muitos e evidentes os méritos do livro de Eugênio Vargas Garcia sobre a atuação brasileira na Conferência de São Francisco, última etapa do processo que levou, em 1945, à criação da Organização das Nações Unidas. O primeiro mérito é a escolha do tema. Aliás, um dos traços da sensibilidade histórica de Eugênio é a inteligência com que pinça os temas de suas pesquisas. O episódio da saída do Brasil da Liga das Nações em 1926 foi o objeto do seu primeiro livro, publicado em 2000 pela UFRGS. Aquela decisão do Governo Bernardes foi polêmica quando ocorreu. Houve fatura de discussão na imprensa, publicaram-se panfletos e mesmo algum livro na ocasião, mas faltava o olhar de um historiador moderno para colocar o episódio em perspectiva, enquadrá-lo no jogo complexo das interações entre a diplomacia e a política interna, e compreender o seu lugar na evolução da diplomacia brasileira. Eugênio soube fazê-lo com rara competência e assim, já no seu primeiro livro, demonstrava a sua capacidade singular de historiador.

Alguns anos depois, outro achado da sensibilidade de Eugênio é a pesquisa sobre a política externa brasileira nos anos 1920, período que tinha sido praticamente esquecido pelos historiadores, que o viam como uma “fase menor”, se comparado à esplêndida grandeza de Rio Branco e à criatividade da diplomacia de Getúlio Vargas. O livro *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*, publicado em 2006 pela Editora UnB, revela, com clareza e a mesma competência, as opções e os dilemas de um momento que precisava ser estudado como unidade para que pudéssemos compreender melhor os limites do que se tinha feito antes e as possibilidades que se abririam nos anos 1930.

A obra de Eugênio não para por aí. Sua cronologia da política externa brasileira é um trabalho primoroso; os documentos que colecionou sobre as relações internacionais do Brasil são outra contribuição definitiva para o estudioso de nossa inserção internacional. Ambos foram editados pela Contraponto, a exemplo deste

novo livro. Mas não é o caso de relembrar os títulos de uma obra, já densa e significativa. Voltemos ao tema do prefácio. Como nos livros anteriores, a presença do Brasil em São Francisco era outra dessas questões importantes para entender a evolução da diplomacia brasileira que ainda estava aberta, ainda esperava o olhar moderno. É mesmo curioso que ainda continuasse virgem, não só pela importância em si da Conferência de São Francisco, mas porque, ali, quase chegamos a nos transformar no “sexto membro permanente” do Conselho de Segurança. Se isso tivesse ocorrido, certamente a história diplomática brasileira seria outra... A questão chama atenção também pela sua evidente atualidade, em vista da aspiração declarada, desde 1989, de ocuparmos, em possível reforma do Conselho, o lugar permanente que nos faltou em 1945. Eugênio analisa o tema de forma completa, esclarecendo seus meandros, indicando cada passo do intrincado processo que foram as negociações de São Francisco. As indagações pertinentes estão articuladas: por que e quando surgiu a ideia do Brasil como “sexto membro permanente”? Como foi proposta? Por que teve vida curta? Como o tema mobiliza o debate nacional? A delegação brasileira poderia ter feito mais para assegurar o lugar?

A resposta a essas perguntas baseia-se em uma cuidadosíssima pesquisa a fontes primárias (as secundárias, especialmente na literatura brasileira, praticamente não existiam). É este o segundo mérito do historiador Eugênio Vargas Garcia. Os arquivos diplomáticos brasileiros foram esmiuçados, como também os americanos, os ingleses, os jornais e as publicações da época, a imensa documentação da Conferência, de tal forma que o leitor praticamente poderá se transportar ao ambiente da Conferência, acompanhar os movimentos diplomáticos que a precederam e a dinâmica das negociações, entender, enfim, o porquê da proposta e o porquê de seu insucesso.

E assim aparece o terceiro mérito evidente do livro. Eugênio é um historiador que domina a arte da narração, sabe encadear os fatos, mostrar a sua lógica, apoiado, em cada passo, em segura e clara documentação. Não faltam nem o pitoresco nem a *petite histoire*. Não faltam a compreensão das personalidades nem a evolução dos processos decisórios brasileiros, que Getúlio domina, sem deixar muito espaço para o Chanceler, que foi uma figura maior da história brasileira, Oswaldo Aranha. Assim, além de narrar com elegância, Eugênio sempre oferece, para os fatos, uma interpretação inteligente, pertinente. Narra e interpreta e constrói um

livro completo, bem-acabado. Ainda enriquece o texto uma interessante iconografia que sugere a austeridade formal de um tempo ainda próximo da sobrecasaca.

Sua visão dos fatos nunca é simplista ou simplificadora. Por isso o livro não oferece lições óbvias para o presente, embora seja fundamental para entender um momento decisivo na trajetória diplomática brasileira. Em contextos diferentes, porém com motivações similares, a aspiração a um papel internacional relevante é uma das “aspirações nacionais permanentes”, para lembrarmos uma expressão de José Honório Rodrigues. Certamente manifestou-se na Liga, mas talvez venha de antes, com a atuação de Rui Barbosa na Haia. Em São Francisco, uma Conferência em que os vencedores da Segunda Guerra Mundial reorganizariam as instituições internacionais, era evidente o lugar privilegiado que teriam os membros permanentes do Conselho de Segurança, e a possibilidade de realizar a aspiração dependia de um acerto entre poucos. Naquele momento, era natural que o caminho para o Brasil seria aberto (e fechado) pelos norte-americanos. A aliança entre o Brasil e os EUA tinha sido reforçada na guerra não só pelas bases e tropas que oferecemos, mas pela ligação pessoal entre Getúlio e Roosevelt. Na verdade, o presidente norte-americano é o personagem que teria definido a possibilidade de que a aspiração se realizasse. Sua morte (antes do término da Conferência) e a nossa frustração coincidem e não por acaso. O capital que tínhamos acumulado no serviço aliado durante a guerra foi insuficiente para tentar, em voo solo, a entrada no Conselho que, para a União Soviética e a Grã-Bretanha, deveria ser restrito para ser efetivo. Até tentamos, mas com o cuidado de quem vê mais obstáculos do que oportunidades num lance diplomático.

Sabemos das dificuldades que o Conselho de Segurança teve para atuar desde os seus momentos iniciais, quando a Guerra Fria praticamente o paralisou, ou o paralisou para tudo que incomodasse as lideranças dos blocos, os EUA e a URSS. A partir dos anos 1990, com a queda do Muro de Berlim, o contexto em que se articula a nossa aspiração se transforma. A Guerra Fria terminou sem que se propusesse um desenho novo para as instituições internacionais. Porém, a necessidade de renovar as atuais é evidente. Quando a ONU foi criada, seus membros eram pouco mais de cinquenta Estados; hoje, são 192. As relações de poder são outras e as nações “inimigas”, assim denominadas pela Carta, o Japão e a Alemanha, têm credenciais para aspirar ao Conselho de Segurança. Os desafios de segurança, es-

pecialmente os que têm contornos humanitários, são de natureza muito diversa do que se imaginou em São Francisco e têm exigido uma ampliação informal da competência do Conselho, embora nem sempre se cumpram as exigências de consenso, fundamental em matéria tão grave para a ordem internacional. Porém, o Conselho que se criou em São Francisco permanece tal qual foi criado. Houve apenas uma mudança, com a ampliação dos membros não permanentes de seis para dez, em 1965, quando avança o processo de descolonização e mais do que dobra o número de Estados membros. No fundamental, como o controle do processo decisório pelos membros permanentes, nada mudou, salvo o sentimento generalizado de que o Conselho de Segurança perdeu a representatividade, é uma reminiscência de um mundo que não existe mais. Precisa ser reformado.

Que caminhos percorrer para modernizar o Conselho de Segurança, colocá-lo em sintonia com as exigências do mundo contemporâneo? O livro não vai responder a essa pergunta, nem seria esse o seu objetivo. Mas certamente ajudará a quem quiser formulá-la com realismo e objetividade. Afinal, o texto diz respeito essencialmente a como se alcançam decisões internacionais. Poder, legitimidade, manobras, negociações são o dia a dia da tarefa diplomática e o livro é rico em descrevê-las. E, se mudam os contextos, o essencial da lógica diplomática continua.

Está, portanto, o leitor diante de um livro notável, escrito por um historiador arguto e competente. Tenho certeza de que, neste caso, o bom conhecimento virá acompanhado do melhor prazer na leitura.